

Investimentos e custo Brasil

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

A importância do objetivo de redução chamado custo Brasil parece ser uma unanimidade nacional. Mas será mesmo? Uma análise mais cuidadosa indica que esta pretensa unanimidade depende fundamentalmente de uma grande heterogeneidade de diagnóstico de diferentes agentes econômicos quanto aos elementos do custo Brasil nos quais deveriam estar centradas as reformas reestruturais.

Há unanimidade efetiva quanto à necessidade de medidas genéricas como a redução da carga tributária excessiva, do custo de financiamento de longo prazo, dos encargos incidentes sobre o custo da mão-de-obra, dos excessos da burocracia, e das deficiências tanto da infraestrutura, quanto das políticas de saúde e educação. Mas, quando se trata de dismantelar posições de privilégio, que concedem poder de mercado e, conseqüentemente, a capacidade de gerar lucros “anormais”, a visão modernizadora de muitos segmentos do setor privado tende a ser relativizada pelos seus interesses específicos. Segmentos do setor produtivo privado beneficiados por políticas públicas ineficientes tornam-se naturalmente membros de coalizões resistentes à mudança. É por esta razão que tendem a se manifestar, também nos meios empresariais, visões seletivas quanto à necessidade de reduzir o custo Brasil. Para estes segmentos, o custo Brasil que precisa ser reduzido é o dos outros setores, nunca o gerado por sua própria ineficiência, à sombra de políticas públicas inadequadas.

A lista de tais distorções, geradas pela ação do governo e exploradas pelo setor privado é interminável. Uma das mais importantes é o aumento do custo dos investimentos decorrentes de barreiras ao acesso de bens e serviços importados, em vista de suas implicações negativas sobre a taxa de crescimento da economia.

O custo dos investimentos no Brasil, além de onerado por carga fiscal superior à de outros países, é penalizado pelo diferencial entre preços domésticos e preços internacionais de bens de capital. Cálculo muito preliminar indica que a redução de cada 10% de proteção da produção doméstica de bens de capital corresponde um aumento de 0,1% da taxa de crescimento do produto agregado caso os recursos liberados pelo barateamento dos investimentos fossem aplicados em investimentos adicionais.

Especialmente no caso de investimentos que demandam serviços de construção, a liberalização do acesso de provedores internacionais de serviços ao mercado brasileiro também possibilitaria importante redução dos preços praticados atualmente e, portanto, redução adicional do custo de investimentos. A situação no Brasil é complicada pela presença maciça do Estado como comprador de bens de capital e contratador de serviços e, portanto, pela existência de legislação que favorece a compra de bens e serviços supridos por produtores domésticos a preços acima dos que seriam normalmente praticados. Um dos benefícios importantes da privatização no Brasil é o dismantelamento destas preferências que se somam a outras mazelas do Estado para explicar por que a taxa de retorno de tantos investimentos estatais é negativa.

Existirão, além disto, efeitos dinâmicos favoráveis associados ao aumento da taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB), decorrentes da liberalização tanto do comércio de bens quanto da provisão de serviços. A cada ano, uma maior taxa de crescimento do PIB permitirá o aumento do volume de inversões, criando-se um processo cumulativo virtuoso.

Outro setor cuja liberalização poderá ter impacto importante sobre o crescimento futuro da economia é o de provisão de serviços financeiros. Aumento de competição gerará menores preços, desde que acompanhada por regulação adequada e, portanto, maiores taxas de crescimento do PIB.

Na avaliação do impacto favorável do novo patamar de integração na União Europeia, consubstanciado no Projeto Europa 1992, cerca de 40% dos ganhos em aceleração do ritmo de crescimento adviriam da liberalização dos regimes de compras públicas e serviços financeiros. A abertura ao comércio internacional de bens e serviços é assim, elemento importante não apenas para o sucesso do programa de estabilização e para a redução de preços pagos por consumidores, mas também para acelerar diretamente o ritmo de crescimento econômico. Argumento adicional para que a inoperância do governo na área fiscal não sirva de pretexto à erosão do processo de abertura comercial.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.